

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório da administração**

### **Senhores acionistas**

Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 23 maio de 2014

**A Diretoria**



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal - STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia, possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 499.787 mil, cuja realização financeira desses precatórios depende do sucesso da ação movida por seus assessores jurídicos, do desfecho judicial referente ao ingresso da ação pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.

São Paulo, 23 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012 (reapresentado)	2013	2012			2013	2012 (reapresentado)		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4a	63.598	100.974	14.785	9.930	Fornecedores e subempreiteiros		101.671	81.895	91	3.639
Aplicações financeiras	4b	29.295	216.792	-	-	Debêntures, financiamentos e outros	15	122.593	217.764	76.812	183.294
Contas a receber de clientes	5	272.931	257.201	-	-	Impostos e contribuições a recolher	17	58.088	49.399	1.498	514
Partes relacionadas - contas a receber de clientes	16	9.555	3.988	-	-	Salários e férias a pagar		34.317	38.199	-	-
Estoques	6	29.373	35.669	-	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	16	1.418	-	-	-
Impostos a recuperar		42.316	32.614	448	447	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		11.504	22.925	7.730	19.151
Despesas antecipadas		12.855	10.736	1.976	-	Imposto de renda e contribuição social		2.358	3.412	33	-
Contas a receber por alienação de investimentos	9	42.965	37.935	42.965	37.935	Provisão para manutenção relativos a concessões		-	17.851	-	-
Outras contas a receber		35.767	20.323	-	-	Outras contas a pagar	19	60.684	46.928	-	1.909
		<u>538.655</u>	<u>716.232</u>	<u>60.174</u>	<u>48.312</u>			<u>392.633</u>	<u>478.373</u>	<u>86.164</u>	<u>208.507</u>
Ativos disponíveis para distribuição aos sócios		-	83.015	-	-	Passivos disponíveis para distribuição aos sócios		-	26.681	-	-
		<u>538.655</u>	<u>799.247</u>	<u>60.174</u>	<u>48.312</u>			<u>392.633</u>	<u>505.054</u>	<u>86.164</u>	<u>208.507</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	60.247	-	-	-	Debêntures, financiamentos e outros	15	819.930	464.932	146.666	-
Precatórios a receber	7	571.391	551.881	-	-	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	15.610	22.517	-	-
Partes relacionadas - outras contas a receber	16	11.989	2.904	1.696	-	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		5.870	-	5.870	-
Partes relacionadas - (AFAC)	16	38.195	38.195	-	-	Partes relacionadas - títulos a pagar	16	-	-	46.607	46.607
Imóveis a realizar		2.778	4.493	-	-	Provisão para contingências	18	40.137	45.974	746	876
Contas a receber por alienação de investimentos	9	49.710	87.601	49.710	87.601	Imposto de renda e contribuição social diferido	8	550.957	551.980	15.707	27.523
Ativos financeiros	11	1.073.140	1.175.794	-	-	Receita diferida	19	2.668	11.444	-	-
Outros créditos		9.625	11.873	-	-	Outras contas a pagar		33.028	65.800	3.642	3.742
		<u>1.817.075</u>	<u>1.872.741</u>	<u>51.406</u>	<u>87.601</u>			<u>1.468.200</u>	<u>1.162.647</u>	<u>219.238</u>	<u>78.748</u>
Investimentos	10	111.011	18.439	2.507.088	2.452.230	<b>Patrimônio líquido</b>	20	1.100.000	930.000	1.100.000	930.000
Propriedade para investimentos	12	119.567	111.713	-	-	Capital social		-	34.500	-	34.500
Imobilizado	13	1.529.042	1.109.614	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		828.923	955.223	828.923	955.223
Intangível	14	58.755	56.841	6	6	Reservas de lucros		384.349	381.171	384.349	381.171
		<u>3.635.450</u>	<u>3.169.348</u>	<u>2.558.500</u>	<u>2.539.837</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-
		<u>4.174.105</u>	<u>3.968.595</u>	<u>2.618.674</u>	<u>2.588.149</u>			<u>2.313.272</u>	<u>2.300.894</u>	<u>2.313.272</u>	<u>2.300.894</u>
		<u>4.174.105</u>	<u>3.968.595</u>	<u>2.618.674</u>	<u>2.588.149</u>			<u>4.174.105</u>	<u>3.968.595</u>	<u>2.618.674</u>	<u>2.588.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2013	2012	2013	2012	
<b>Receita operacional líquida</b>	22	1.262.849	962.714	-	-
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>		<u>(1.020.610)</u>	<u>(684.076)</u>	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<u>242.239</u>	<u>278.638</u>	-	-
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(182.679)	(179.084)	(3.707)	(12.767)
Despesas financeiras	24	(151.143)	(40.512)	(19.350)	(18.668)
Receitas financeiras	24	59.603	498.517	8.414	11.391
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>36.334</u>	<u>3.333</u>	<u>(430)</u>	<u>(7.307)</u>
		<u>(237.885)</u>	<u>282.254</u>	<u>(15.073)</u>	<u>(27.351)</u>
<b>Participação em empresas controladas</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	10	9.623	1.111	25.425	399.916
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		13.977	562.003	10.352	372.565
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8	(19.679)	(24.487)	(158)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8	27.712	(147.187)	11.816	17.764
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>22.010</b></u>	<u><b>390.329</b></u>	<u><b>22.010</b></u>	<u><b>390.329</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2013	2012	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>22.010</u>	<u>390.329</u>	<u>22.010</u>	<u>390.329</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>22.010</u>	<u>390.329</u>	<u>22.010</u>	<u>390.329</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora									
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Retenção de lucros					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	900.000	30.000	149.644	6.989	387.613	395.443	-	1.869.689	-	1.869.689
Aumento de capital com as reservas	-	- #	- #	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	30.000	(30.000) #	- #	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos	-	- #	- #	-	-	(14.272)	14.272	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	34.500	-	-	-	-	-	34.500	-	34.500
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(3.350)	(3.350)	-	(3.350)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	9.726	9.726	-	9.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	390.329	390.329	-	390.329
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:										
Reserva legal	-	-	-	19.516	-	-	(19.516)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	391.461	-	(391.461)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>930.000</b>	<b>34.500</b>	<b>149.644</b>	<b>26.505</b>	<b>779.074</b>	<b>381.171</b>	<b>-</b>	<b>2.300.894</b>	<b>-</b>	<b>2.300.894</b>
Aumento de capital	34.500	(34.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reserva de Lucros	135.500	-	-	-	(135.500)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	3.178	(3.178)	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(10.770)	(10.770)	-	(10.770)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	1.138	1.138	-	1.138
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.010	22.010	-	22.010
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:										
Reserva Legal	-	-	-	1.101	-	-	(1.101)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	8.100	-	(8.100)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.100.000</b>	<b>-</b>	<b>149.644</b>	<b>27.606</b>	<b>651.674</b>	<b>384.349</b>	<b>-</b>	<b>2.313.272</b>	<b>-</b>	<b>2.313.272</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.**

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	22.010	390.329	22.010	390.329
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:</b>				
Reversão (constituição) de provisão para perdas com estoques e outros	(7.769)	5.871	-	-
Juros e variações monetárias	27.514	(4.221)	18.261	8.641
Constituição provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	5.737	9.900	2.293	7.575
Depreciação e amortização	33.364	46.204	-	-
Reversão (constituição) de provisão para contingências	(5.837)	11.378	(130)	1.140
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	5.358	30.824	-	-
Custo do investimento alienado e ajuste de preço posterior a alienação	(7.854)	2.507	-	2.507
Perda (ganho) na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	102.654	(419.221)	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social	(8.033)	171.674	(11.658)	(17.764)
Equivalência patrimonial	(9.623)	(1.111)	(25.425)	(399.916)
	<u>157.521</u>	<u>244.135</u>	<u>5.351</u>	<u>(7.490)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.725)	(25.394)	(125)	-
	<u>136.796</u>	<u>218.741</u>	<u>5.226</u>	<u>(7.490)</u>
<b>Variações nos ativos</b>				
Aumento do contas a receber	(79.421)	(81.061)	-	-
Redução/(aumento) dos estoques	6.296	(13.466)	-	-
Redução do precatórios a receber	21.634	2.712	-	-
Aumento de impostos a recuperar	(9.702)	(14.217)	(1)	(75)
Redução de depósitos judiciais	-	-	-	13
(Aumento)/redução de partes relacionadas - ativo	(14.652)	(2.285)	(1.696)	450
Aumento de imóveis a comercializar	-	(819)	-	-
Aumento de despesas antecipadas	(2.119)	(6.199)	(1.977)	-
Redução do contas a receber por alienação de investimentos	30.568	35.670	30.568	35.670
Aumento de outras contas a receber	(13.196)	(33.606)	-	-
<b>Variações nos passivos</b>				
Aumento/(redução) de fornecedores	19.776	9.050	(3.548)	3.630
Aumento de impostos e contribuições a recolher	1.782	6.997	984	245
Redução/(aumento) de salários e encargos sociais a recolher	(3.882)	19.497	-	-
Redução/(aumento) de receita diferida	(8.776)	7.430	-	-
Aumento de partes relacionadas - passivo	1.418	-	-	-
Redução/(aumento) de contas a pagar	(36.867)	14.543	(2.009)	2.011
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>49.655</u>	<u>162.987</u>	<u>27.547</u>	<u>34.454</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	187.497	(216.792)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(454.415)	(329.232)	-	-
Aquisição de ações por meio de ativos	6.315	-	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	(3.612)	(9.289)	(102.196)	(46.779)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	73.900	38.700
Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente de ganho de participação em controladas em conjunto	-	634	-	-
Aumento do ativo intangível	(5.650)	(3.808)	-	(6)
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento</b>	<u>(269.865)</u>	<u>(558.487)</u>	<u>(28.296)</u>	<u>(8.085)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	34.500	-	34.500
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	425.740	383.824	220.566	-
Pagamento do principal e juros	(227.499)	(45.581)	(198.643)	(18.482)
Custo de captação	-	1.308	-	1.308
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(15.407)	(34.301)	(16.319)	(34.301)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<u>182.834</u>	<u>339.750</u>	<u>5.604</u>	<u>(16.975)</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(37.376)</u>	<u>(55.750)</u>	<u>4.855</u>	<u>9.394</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	100.974	156.723	9.930	536
No fim do exercício	<u>63.598</u>	<u>100.973</u>	<u>14.785</u>	<u>9.930</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(37.376)</u>	<u>(55.750)</u>	<u>4.855</u>	<u>9.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: **(i)** Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; **(ii)** Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; **(iii)** Dragagem; e **(iv)** Concessão de Serviços Públicos - principalmente geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controla a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

### **2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

#### **2.1 Base de preparação**

##### **a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de maio de 2014.

##### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

**d. *Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 8 - Impostos Diferidos;
- Nota 11 - Ativos financeiros; e
- Nota 12 - Propriedade para investimento.
- Nota 13 - Revisão da vida útil do imobilizado;
- Nota 14 - Recuperabilidade de ágio;
- Nota 18 - Provisão para contingências - consolidado;

**2.2 Descrição das principais práticas contábeis**

**a. *Instrumentos financeiros***

• *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*  
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
  
- *Empréstimos e recebíveis*  
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.
  
- *Passivos financeiros não derivativos*  
A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.  
  
A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
  
- *Instrumentos financeiros derivativos*  
A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2013 e 2012.
  
- *Categoria dos instrumentos financeiros*  
Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (*caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes*), Valor justo por meio do resultado (*aplicações financeiras e ativos financeiros*) e Custo amortizado (*fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar*).
  
- b. Caixa e equivalentes de caixa**  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.
  
- c. Contas a receber de clientes**  
As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**d. Estoques**

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

**e. Ativos arrendados**

• *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

• *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**f. Imóveis a comercializar**

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

**g. Participações em consórcios**

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

**h. Depósitos judiciais**

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

**i. Investimentos**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**j. Ativos e passivos disponíveis para distribuição aos sócios**

Ativos e passivos disponíveis a distribuição são classificados como mantidos para distribuição quando for provável que serão distribuídos aos sócios ao invés do uso contínuo dos bens. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos mantidos para distribuição, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

**k. Propriedade para investimentos**

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

**l. Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

**m. Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

***n. Redução ao valor recuperável***

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

***o. Contas a pagar a fornecedores***

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.



**p. *Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subseqüentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

- ***Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

- ***Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**q. *Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

**r. *Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

**s. *Outros passivos circulantes e não circulantes***

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**t. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial***

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**u. *Reconhecimento da receita***

• ***Receita de vendas e serviços***

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita bruta de serviços de transportes compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada pelo valor bruto no momento em que o usuário apresenta o bilhete de passagem necessário à realização da viagem e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais.

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e pontes administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

- *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

v. ***Reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2012***

*Desconsolidação proporcional da Corumbá Concessões*

O grupo Serveng possui controle conjunto sobre o investimento da Corumbá Concessões no percentual de 22,93%. Devido ao fato de a investida estar estruturada sob a forma de sociedade limitada e das partes terem direito aos ativos líquidos da empresa, esse investimento foi classificado como joint venture e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Anteriormente, o investimento na Corumbá Concessões era consolidado proporcionalmente. Para fins de comparabilidade os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para melhor apresentação e comparabilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2013. Os ajustes efetuados, cujos efeitos não são materiais às demonstrações financeiras, estão apresentados abaixo e as respectivas rubricas afetadas:

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	<b>31.12.2012</b>		
	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapres.</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	103.930	(2.957)	100.973
Contas a receber de clientes	259.581	(2.380)	257.201
Impostos a recuperar	32.786	(172)	32.614
Partes relacionadas - dividendos a receber	-	113	113
Outras contas a receber	22.348	(2.138)	20.210
Ativos disponíveis para distribuição aos sócios	83.015	-	83.015
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.195	38.195
Outros créditos	41.315	(29.442)	11.873
<b>Investimentos</b>	37	18.402	18.439
<b>Imobilizado</b>	1.223.719	(114.105)	1.109.614
<b>Intangível</b>	59.886	(3.045)	56.841
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e subempreiteiros	83.390	(1.495)	81.895
Debêntures, empréstimos e financiamentos	226.709	(8.945)	217.764
Impostos e contribuições a recolher	49.932	(533)	49.399
Salários e férias a pagar	38.291	(92)	38.199
Outras contas a pagar	47.247	(319)	46.928
<b>Não circulante</b>			
Debêntures, empréstimos e financiamentos	544.195	(79.263)	464.932
Impostos e contribuições sociais a recolher	22.809	(292)	22.517
Provisão para contingências	45.985	(11)	45.974
Passivo fiscal diferido	551.969	11	551.980
Outros Passivos	72.389	(6.590)	65.799
<b>Resultado</b>			
<b>Receita operacional líquida</b>	990.113	(27.399)	962.714
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	(696.227)	12.151	(684.076)
<b>Lucro bruto</b>	293.886	(15.248)	278.638
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>			
Administrativas, comerciais e gerais	(180.541)	1.457	(179.084)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.111	1.111
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.362	(29)	3.333
<b>Result. antes das receitas (despesas) financ. líquidas e impostos</b>	(177.179)	2.539	(174.640)
Despesas financeiras	(50.478)	9.966	(40.512)
Receitas financeiras	498.665	(148)	498.517
	448.187	9.818	458.005
<b>Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social</b>	564.894	(2.891)	562.003
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(27.377)	2.890	(24.487)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(147.188)	1	(147.187)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	390.329	-	390.329

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2013	2012
Serveng-Civilsan S.A. Empr. Assoc. de Engenharia	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serveng Transportes Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serveng Energias Renováveis S.A. (a)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Eolicabras S.A.(a)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Serveng Mineração Balsas Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	-
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Indireto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	100,00%
Torres de Pedra Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	100,00%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	100,00%
Torres de São Miguel Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	100,00%
Morro dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	100,00%
Canto da Ilha Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	100,00%
Campina Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	100,00%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	100,00%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,96%	100,00%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	100,00%
Nossa Casa Engenharia Ltda	Integral - Indireto	50,00%	-
Ventos Fortes Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	100,00%	-
SM Geração de Energia Eólica (a)	Integral - Indireto	100,00%	-
Ventos Parazinhenses Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-
Folha Larga Potiguar Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-
Agreste Potiguar Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-
Ventos do Santo Antonio Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-
Forte do Canto de Baixa Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eolica (a)	Integral - Indireto	99,99%	-

(a) Empresas pré-operacionais .

(b) Concessão encerrada em Maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Caixa e bancos	33.528	75.947	2	108
Aplicações financeiras diversas	30.070	25.027	14.783	9.822
	63.598	100.974	14.785	9.930

##### b. Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Aplicações Financeiras	29.295	216.792	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário - CDI 8,0% a.a. em 2013 (8,3% a.a. em 2012), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

Os recursos classificados pela Administração na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico que serão utilizados durante a construção do complexo eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez.

## 5 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Valores faturados para terceiros	282.674	205.034
Medições a faturar	69.130	69.615
Ajuste a valor presente	(2.258)	(1.828)
Provisão para devedores duvidosos	(16.368)	(15.620)
	<u>333.178</u>	<u>257.201</u>
Total		
Circulante	272.931	257.201
Não circulante	60.247	-

## 6 Estoques

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Produtos acabados	8.943	11.616
Matéria-prima	-	713
Outros estoques para consumo e manutenção	20.430	23.340
	<u>29.373</u>	<u>35.669</u>

## 7 Precatórios a receber

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
<b>Valor bruto</b>		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	499.787	469.743
DER/SP (b)	23.447	22.037
Outros (c)	48.157	60.101
	<u>571.391</u>	<u>551.881</u>

### **Emenda Constitucional 62/09**

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

### **Composição dos Precatórios a Receber**

- (a) O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Seqüestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances da Companhia receber o valor do Precatório.

- (b) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (c) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Guaratinguetá, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Em razão do recente julgamento ocorrido em 14/03/2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.



## 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Ativo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Diferenças temporárias	20.542	25.865	1.650	3.813
Prejuízos fiscais	7.225	14.252	6.139	6.217
	27.767	40.117	7.789	10.030
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Passivo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	351.018	479.013	-	-
Exclusões temporárias de órgãos públicos	141.579	16.431	-	-
Lucro na venda parcial da controlada Pássaro Marron	23.496	27.613	23.496	37.553
Outras exclusões	62.631	69.040	-	-
	578.724	592.097	23.496	37.553
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	550.957	551.980	15.707	27.523
	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Demonstração de resultado</b>				
Corrente:				
Imposto de renda	(14.756)	(18.009)	(110)	-
Contribuição social	(4.923)	(6.478)	(48)	-
	(19.679)	(24.487)	(158)	-
Diferido:				
Imposto de renda	39.817	(108.245)	8.688	13.062
Contribuição social	14.556	(38.942)	3.128	4.702
	54.373	(147.187)	11.816	17.764

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

## 9 Contas a receber por alienação de investimentos

Em 25 de agosto de 2011, a Companhia alienou, para a CMP Participações Ltda., conforme Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças, parte das operações de sua controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda., que explorava principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal

rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, ficando apenas com a exploração de serviços de transportes de passageiro no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service).

O saldo a receber encontra-se registrado na rubrica contas a receber por alienação de investimento no ativo.

A transação teve anuência de todos os órgãos regulamentadores da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (ANTT, SEAE, Infraero, ARTESP e EMTU), no período compreendido entre o final de 2011 e início de 2012.

## 10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	110.974	18.402	2.507.051	2.452.193
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	37	37	37	37
	111.011	18.439	2.507.088	2.452.230

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2013	2012	2013	2012
Serveng-Civilsan	1.312.465	27.090	2.333.195	1	2.333.195	2.339.440	27.090	400.770
Serveng Transportes	50.985	2.317	109.199	1	109.199	106.883	2.317	(2.405)
Eolicabras S/A	406	(2.382)	(1.980)	0	(935)	5.323	(2.182)	(4)
Serveng Energias Renováveis	71.118	(1.800)	67.964	1	65.592	547	(1.800)	(89)
Pássaro Marron	-	-	-	-	-	-	-	1.644
Total					2.507.051	2.452.193	25.425	399.916

## 11 Ativos financeiros

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Investimentos mensurados ao valor justo	1.073.140	1.175.794

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2013. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

## 12 Propriedade para investimentos

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Shopping Serramar	112.754	104.900
Imóveis em São José dos Campos	6.813	6.813
	119.567	111.713

### Movimentação das propriedades para investimentos

	Shopping Serramar (a)	Imóveis em São José dos Campos (b)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	125.482	6.548	132.030
Depreciação e outros	(6.286)		(6.286)
Variação do valor justo	(14.296)	265	(14.031)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>104.900</b>	<b>6.813</b>	<b>111.713</b>
Variação do valor justo	7.854	-	7.854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>112.754</b>	<b>6.813</b>	<b>119.567</b>

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatatuba, construído pela Companhia, com o objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Esta propriedade para investimento está mensurada pelo valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia; e
- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

## 13 Imobilizado

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Terrenos	477.992	472.851
Edifícios, construções e praças de pedágio	39.891	42.865
Máquinas e equipamentos	124.852	91.057
Veículos e embarcações	122.025	109.483
Equipamentos de informática	1.882	1.925
Móveis e utensílios	689	813
Obras em andamento e outros	761.711	390.620
	1.529.042	1.109.614

## Consolidado

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	(reapresentado) Saldo residual
Terrenos	-	477.992	-	477.992	472.851
Edifícios, construções e praças de pedágio	2,8	57.005	(17.114)	39.891	42.865
Máquinas e equipamentos	4 a 25	194.723	(69.871)	124.852	91.057
Veículos e embarcações	10 a 25	207.067	(85.042)	122.025	109.483
Equipamentos de informática	20	7.696	(5.814)	1.882	1.925
Móveis e utensílios	10	1.861	(1.172)	689	813
Obras em andamento e outros (a)	-	761.993	(282)	791.711	390.620
<b>Total</b>		<b>1.708.337</b>	<b>(179.295)</b>	<b>1.529.042</b>	<b>1.109.614</b>

## Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 01/01/2012	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências (+) (-)	Saldo em 31/12/2013
Terrenos	547.811	-	(74.960)	472.851	5.189	(48)	-	477.992
Edifícios e construções	63.955	6.169	(12.265)	57.859	-	-	(854)	57.005
Maquinas e equipamentos	133.635	14.680	(1.210)	147.105	35.639	(4.323)	16.302	194.723
Veículos	140.565	42.122	(2.446)	180.241	31.526	(5.127)	427	207.067
Móveis, utensílios e outros	1.671	70	(43)	1.698	-	(64)	227	1.861
Equipamentos de informática	5.997	2.231	(372)	7.856	-	(885)	725	7.696
Obras em andamento e outros	143.504	284.724	(31.985)	396.243	381.754	(89)	(15.915)	761.993
<b>Total do custo</b>	<b>1.037.138</b>	<b>349.996</b>	<b>(123.281)</b>	<b>1.263.853</b>	<b>454.108</b>	<b>(10.536)</b>	<b>912</b>	<b>1.708.337</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(132.091)</b>	<b>(31.613)</b>	<b>9.465</b>	<b>(154.239)</b>	<b>(32.572)</b>	<b>8.428</b>	<b>(912)</b>	<b>(179.295)</b>
<b>Valor residual do ativo imobil.</b>	<b>905.047</b>	<b>318.383</b>	<b>(113.816)</b>	<b>1.109.614</b>	<b>421.536</b>	<b>(2.108)</b>	<b>-</b>	<b>1.529.042</b>

## 14 Intangível

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Ágio pago na aquisição de investimentos	26.554	24.527
Direitos de lavra	25.436	25.506
Direitos contratuais de comercialização	1.999	1.999
Softwares	2.129	2.097
Outros	2.637	2.712
<b>Total</b>	<b>58.755</b>	<b>56.841</b>

	Taxa de amortização (a.a.%)	2013			2012 (reapresentado)	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo residual	
<b>Consolidado:</b>						
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	26.554	-	26.554	24.527	
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2.919)	25.436	25.506	
Direitos contratuais de comercialização	(c)	1.999	-	1.999	1.999	
Softwares	20	11.981	(9.852)	2.129	2.097	
Outros	-	2.637	-	2.637	2.712	
<b>Total</b>		<b>71.526</b>	<b>(12.771)</b>	<b>58.755</b>	<b>56.841</b>	

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com expectativa de início das atividades em 2014;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação à possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2014, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

## 15 Debêntures, financiamentos e outros

Item	Consolidado		Controladora		
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012	
Debêntures (113,9% do CDI)	1	223.478	183.294	223.478	183.294
Banco Santander (TR + 11% a.a.)	2	44.226	46.863	-	-
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	3	64.422	53.275	-	-
Financiamento de equipamentos (BNDES EÓLICAS)	4	574.186	381.782	-	-
Outros financiamentos		36.211	17.482	-	-
<b>Total</b>		<b>942.523</b>	<b>682.696</b>	<b>223.478</b>	<b>183.294</b>
<b>Circulante</b>		<b>(122.593)</b>	<b>(217.764)</b>	<b>(76.812)</b>	<b>(183.294)</b>
<b>Não circulante</b>		<b>819.930</b>	<b>464.932</b>	<b>146.666</b>	<b>-</b>

- (1) Emitidos em 05 de maio de 2013, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 36 meses, finalizando em 05 de maio de 2016. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan.
- (2) Financiamento a produção para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia.
- (3) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (4) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como

objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2015	152.594	73.333
2016	126.692	73.333
2017	49.506	-
2018	43.150	-
2019 em diante	447.988	-
	<hr/>	<hr/>
Total	819.930	146.666

## 16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Saldos</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes:				
Pecuária Serramar Ltda.	1.560	-	-	
Corumbá Concessões	3.966	-	-	
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	3.208	3.199		-
Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda.	788	788	-	-
Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda.	33	1	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	9.555	3.988	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Ativo não circulante</b>				
Outras contas a receber:				
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	-	2.600	-	-
Condomínio do Serramar Parque Shopping	2.635	100	-	-
Corumbá Concessões S/A	38.195	38.195	-	-
Construquali Engenharia	344	124	-	-
Acionistas	9.010	80	1.696	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	50.184	41.099	1.696	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Passivo circulante</b>				
Outras contas a pagar:				
Condomínio do Serramar Parque Shopping	1.418	-	-	-
<b>Passivo não-circulante</b>				
Títulos a pagar:				
Serveng Transportes	-	-	46.607	46.607

### **Remuneração da Administração e da diretoria**

Durante o exercício de 2013, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$12.699 (R\$13.260 em 2012), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

## **17 Impostos e contribuições a recolher**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados				
(a)	20.950	28.738	-	-
COFINS	10.420	12.367	-	-
ISS	12.018	8.480	-	-
PIS	1.906	2.191	-	-
ICMS	1.007	4.510	-	-
Obrigações previdenciárias				
	17.160	7.212	-	-
Outros	10.237	8.418	1.498	514
<b>Total</b>	<b>73.698</b>	<b>71.916</b>	<b>1.498</b>	<b>514</b>
Circulante	(58.088)	(49.399)	(1.498)	(514)
Não circulante	15.610	22.517	-	-

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 20.950 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 19.790 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 1.160 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo;

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

<b>Anos</b>	<b>Consolidado</b>
2015	5.340
2016	5.340
2017	4.109
2018	117
2019 em diante	<u>704</u>
<b>Total</b>	<b><u>15.610</u></b>

## 18 Provisão para contingências

### *Controladora*

	<b>2013</b>			<b>2012</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo Líquido</b>
Processos tributários	-	-	-	1.122
Processos cíveis	1.010	(224)	786	(246)
Processos trabalhistas	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.010</u></b>	<b><u>(264)</u></b>	<b><u>746</u></b>	<b><u>876</u></b>

### *Consolidado*

	<b>2013</b>			<b>2012</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo Líquido (reapresentado)</b>
Processos tributários	3.571	(301)	3.270	4.894
Processos cíveis	32.367	(4.134)	28.233	29.971
Processos trabalhistas	<u>11.650</u>	<u>(3.016)</u>	<u>8.634</u>	<u>11.109</u>
<b>Total</b>	<b><u>47.588</u></b>	<b><u>(7.451)</u></b>	<b><u>40.137</u></b>	<b><u>45.974</u></b>

A Companhia, suas controladas e empresas com controle compartilhado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 287.899 (R\$ 44.431 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.



## 19 Outros passivos

	Consolidado		Controladora	
	2013 (reapresentado)	2012	2013	2012
Honorários advocatícios	24.268	24.885	-	-
Obrigações assumidas por consórcios	45.920	76.623	-	-
Adiantamento de clientes	10.292	4.053	-	-
Outros	13.232	7.167	3.640	5.651
Total	93.712	112.728	3.640	5.651
Circulante	(60.684)	(46.928)	-	(1.909)
Não circulante	33.028	65.800	3.640	3.742

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia era de R\$ 1.100.000 (R\$ 930.000 em 2012), representado por 1.274.551.556 (1.185.590.000 em 2012) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

### b. Reserva de lucros

- **Reserva de desapropriação**

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros**

A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembléia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

Descrição	2013
Prejuízo do exercício	22.010
(-) Constituição da reserva legal	(1.101)
(-) Distribuição de juros sobre capital próprio	(10.770)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	1.138
Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos	(3.178)
	8.100
Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros	8.100

**c. Dividendos e Juros sobre capital próprio**

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembléia Geral de Acionistas.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**21 Gerenciamento de riscos**

As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito** - O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

**22 Receita operacional líquida - Consolidado**

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012 (reapresentado)</b>
Receita operacional bruta	1.402.771	1.056.853
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(114.950)	(93.896)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(24.972)	(243)
	<u>(139.922)</u>	<u>(94.138)</u>
	<u>1.262.849</u>	<u>962.714</u>

## 23 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Despesas com pessoal e encargos sociais	(87.222)	(82.617)	-	-
Serviços de terceiros	(28.380)	(38.723)	(3.649)	(10.854)
Doações e outros	(1.058)	(10.848)	-	-
Depreciação e amortização	(10.254)	(13.984)	-	-
Despesas tributárias	(19.488)	(6.782)	(56)	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	1.209	(9.730)	-	-
Outros	(37.486)	(16.400)	(2)	(1.913)
	(182.679)	(179.084)	(3.707)	(12.767)

## 24 Resultado Financeiro Líquido

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	436.486	-	-
Juros sobre precatórios	34.095	33.977	-	-
Rendimentos das aplicações financeiras	11.944	14.388	268	-
Juros recebidos ou incorridos	8.146	9.745	8.146	9.298
Outras	5.418	3.921	-	2.093
	59.603	498.517	8.414	11.391
<b>Despesas financeiras</b>				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(101.621)	-	-	-
Juros pagos ou incorridos	(43.235)	(30.413)	(18.261)	(17.543)
Variações monetárias passivas	(1.961)	(1.796)	-	-
Outras	(4.326)	(8.303)	(1.089)	(1.125)
	(151.143)	(40.512)	(19.350)	(18.668)
	(91.540)	458.005	(10.936)	(7.277)

\* \* \*

**A Diretoria**

**Contabilidade**

Andre Luis Morais  
Contador CRC 1SP 198135/O-7